



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

**ANDREZZA HENRIQUES COSTA**

**UMA INVESTIGAÇÃO DO PROGRAMA “MAIS EDUCAÇÃO” NO MUNICÍPIO DE  
CAMPINA GRANDE - PARAÍBA**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2012**

**ANDREZZA HENRIQUES COSTA**

**UMA INVESTIGAÇÃO DO PROGRAMA “MAIS EDUCAÇÃO” NO MUNICÍPIO DE  
CAMPINA GRANDE - PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Educação Física Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

**Área de concentração:** Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Esp. José Eugênio Eloi Moura

**CAMPINA GRANDE – PB  
2012**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837i Costa, Andrezza Henriques.  
Uma investigação do programa "Mais Educação" no município de Campina Grande - Paraíba [manuscrito] / Andrezza Henriques Costa. - 2012.  
31 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Educação Física Escolar) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2024.

"Orientação : Prof. Esp. José Eugênio Eloi Moura, Coordenação do Curso de Especialização em Educação Física Escolar. "

1. Educação básica. 2. Educação integral. 3. Mais Educação. 4. Políticas públicas. I. Título

21. ed. CDD 613.077

**ANDREZZA HENRIQUES COSTA**


**UMA INVESTIGAÇÃO DO PROGRAMA “MAIS EDUCAÇÃO” NO MUNICÍPIO DE  
CAMPINA GRANDE - PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Educação Física Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Especialista.

**Área de concentração:** Políticas Públicas de Esporte e Lazer.

Aprovada em: 05/12/2012.


**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Ms. José Eugênio Eloi Moura  
Orientador


Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Dóris Nóbrega de Andrade Laurentino  
Examinadora

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Giselly Félix Coutinho  
Examinadora

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## RESUMO

Esta pesquisa é um estudo sobre o Programa Mais Educação (PME), com o intuito de avaliar a concepção de educação integral existente nesse Programa através da sua atuação na escola, a partir da objetivação dos documentos prescritos no programa no âmbito da escola. Nesse procedimento, levantamos algumas questões que constituíram a problemática da pesquisa, a saber: com qual abrangência a proposta do Programa Mais Educação exercida no município de Campina Grande da Paraíba, pode ser elucidada em uma dimensão da educação integral? Qual entendimento de educação integral propagada na Portaria Interministerial nº 17/2007? Em que condição o aumento da jornada escolar está relacionado a uma maior qualidade de educação básica ofertada pelas escolas públicas do Município de Campina Grande, Paraíba? Metodologicamente, realizamos uma pesquisa de campo, bem como, pesquisa bibliográfica sobre educação integral, trazendo os estudos de Cavaliere (2007), Coelho (2009) e Guará (2009). Os resultados da investigação nos apontaram que, apesar do Programa Mais Educação (PME) compor uma das ações do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE), ele se presta como uma estratégia para induzir estados e municípios a estenderem a jornada escolar na perspectiva da educação integral. Além disso, foi possível verificar também que o PME contempla uma proposta de educação integral pautada na formação humana e na proteção integral. Por fim, as entrevistas semi-estruturadas realizadas com aquelas que atuam no contexto da prática nos revelaram limitações na sua implementação, tanto no que se refere à falta de estrutura física das escolas para o desenvolvimento da educação integral quanto à colaboração dos profissionais das escolas que desenvolvem essas atividades. Além disso, também averiguamos que os profissionais responsáveis pelo contexto da prática têm um conhecimento limitado das concepções de educação integral trazidos pelo PME.

**Palavras chave:** educação básica; educação integral; mais educação; políticas públicas.

## ABSTRACT

This research is based on a study concerning the Plus Education Program [PME], in order to assess the design of the education conception program through its school's activities, from documents' objectification prescribed in the school's area program. Some questions compound the research's problem during this procedure, by knowing: how long the PME's proposal held in the municipality of Campina Grande, Paraiba, can be elucidated in a holistic education dimension? What surrounds the integral education propagated by the Inter- ministerial ordinance no. 17/2007? In which condition school day increase is related to a higher quality of basic education offered by public schools in the municipality of Campina Grande, Paraiba? Field research takes place in the methodology and its literature based on holistic education, bringing studies Cavaliere (2007), Rabbit (2009) and Guara (2009). Research results showed that despite the PME composing PDE's [School developing plan] actions as a strategy to induce states and municipalities to extend the school day from the perspective of integral education. Furthermore, the PME also complements an integral education proposal in the guided and protected human development. In brief, the semi- structured interviews conducted among the works from the practice context brings out implementation limitations, both regarding the lack of schools' physical structure for the education development regarding the school workers' collaboration who develop these activities. Thus, it also establishes professionals' responsibility in the practice context with education concepts restricted knowledge of integral education elucidated by PME.

**Keywords:** basic education; integral education; more education; public politic.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>AS AÇÕES INTERSETORIAIS ENVOLVEM AS AÇÕES EMPREENDIDAS PELOS SEGUINTE MINISTÉRIOS.....</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE-PARAÍBA.....</b>	<b>17</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>19</b>
<b>6</b>	<b>DADOS E ANÁLISE DO ESTUDO .....</b>	<b>21</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>26</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>30</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como foco de estudo a educação integral a partir da investigação do Programa “Mais Educação”, que faz parte do Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) desde o ano de 2007. O estudo justifica-se pela relevância que a educação integral tem e por estar presente na legislação educacional brasileira, com a compreensão sobre o ser humano em suas múltiplas dimensões e como ser provido de direitos, passando a ter no cenário das políticas educacionais um contexto recente da necessidade de compreensão e aprofundamento do tema.

Enfatiza-se que o discurso atinente à proposta de extensão do período diário de escolaridade sugere a retomada do perfil da educação brasileira no que diz respeito a sua história relativamente recente, pois aí se encontra a origem dessas propostas no Brasil. (PARO, 1988, p. 37).

Assim, a discussão sobre o tema da educação integral não é nova no cenário brasileiro. De acordo com Paro (1988, p.30) as discussões têm início na década de 1920 e conforme ressalta o autor ainda que não necessariamente ligada ao regime de período integral, mas já aponta para algumas necessidades a serem supridas pela educação. Neste período seriam então gerados os primeiros elementos que, na década de 1950, passariam a compor e esboçar como proposta a educação em tempo integral.

Conhecimentos pioneiros citados por Paro (1988) têm como foco as categorias populares e sua formação, o que em certo grau antecede as questões que se farão presentes nas décadas seguintes, quando se procurava imputar à escola o papel de colaborar para a solução de problemas sociais arrolados com a condição de pobreza da população.

Nessa concepção nova conforme Paro indica é o contexto em que a educação integral foi redescoberta em termos de política educacional, tal contexto proporciona um aspecto de coerência entre ministérios e secretarias.

Entre as obras unidas com o objetivo de expansão do tempo de crianças e adolescentes na escola destaca-se o Programa “Mais Educação”.



## **2 AS AÇÕES INTERSETORIAIS ENVOLVEM AS AÇÕES EMPREENDIDAS PELOS SEGUINTE MINISTÉRIOS:**

As ações intersetoriais originam a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação das escolas e dos professores. (BRASIL, 2009, p.12), sendo elas.

- a) a Educação – MEC;
- b) da Cultura – MINC;
- c) do Esporte-ME;
- d) do Meio Ambiente – MMA;
- e) do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
- f) da Ciência e da Tecnologia – MTC;
- g) da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República.

Em meio às ações intersetoriais encontra-se o Programa “Mais Educação”, o qual se configura entre uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e que possibilita a jornada ampliada em escolas públicas de ensino fundamental.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) (BRASIL, 1996, p.18) documento que rege a Educação Básica Brasileira, “a Educação Integral agrupada ao processo de escolarização pressupõe a aprendizagem ligada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens”.

O programa visa proporcionar a educação em tempo integral, acrescentando aos espaços e as oportunidades de aprendizagem e tem como objetivo aperfeiçoar as ações e os investimentos já existentes no país, para que completem o desenvolvimento na escola com uma visão integradora do ensino. Apesar de o documento indicar que o ideal da educação integral está presente na legislação educacional brasileira, o mesmo anuncia que o Programa “Mais Educação” que atende, prioritariamente, às escolas de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), localizado nas capitais, regiões metropolitanas e territórios assinalados por condições de vulnerabilidade social, que solicitam a convergência prioritária de políticas públicas. (BRASIL, 2009, p.25).

O referido documento em Brasil aponta ainda, as ações que são destinadas para grupos em circunstância de vulnerabilidade e marginalização social, o que faz com que a proposta

seja associada a uma ideia de auxílio social. Em linhas gerais o programa visa receber às escolas em piores condições sejam estas referentes ao atendimento à demanda de uma população economicamente pobre, localizada em periferias, seja em termos relativos à baixa qualidade da educação, avaliadas, tendo como parâmetro, o IDEB.

Em relação à forma como o programa trabalha, destaca-se que o mesmo é operacionalizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB). O programa é financiado pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas e regiões prioritárias. O documento sugere que as escolas que “almejam” promover a Educação Integral sem o apoio financeiro do Programa “Mais Educação” também poderão fazê-lo, podendo contar com o apoio dos governos municipais e estaduais.

A respeito das condições para aderir à escola ao programa, o documento menciona que o espaço físico da escola não é decisivo para a oferta da Educação Integral e recomenda que a importância da falta de estrutura não pode “desmobilizar”, visto que o mapeamento de espaços, tempos e propriedades é tarefa que deve ser feita com as famílias, os vizinhos, enfim, toda a comunidade. (BRASIL, 2009). Apresentando algumas sugestões de como a escola poderá “mapear” espaços para o desenvolvimento das atividades complementares seja na própria escola, na comunidade como em outros espaços.

Quanto às atividades a serem ofertadas pelas escolas com vistas a aquisição dos objetivos propostos no Programa “Mais Educação”, cabe enfatizar que o aumento do tempo escolar demanda, como recomenda o referido programa, a adoção de atividades complementares. Por atividade complementar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação, indica que:

[...] são atividades de livre escolha da escola, que se enquadram como complementares ao currículo obrigatório, tais como: atividades recreativas, artesanais, artísticas, de esporte, lazer, culturais, de acompanhamento e reforço escolar, aulas de informática, educação para a cidadania e direitos humanos, entre outras atividades. (BRASIL, 2009, p. 01).

As atividades complementares desenvolvidas têm como foco a melhoria da aprendizagem dos alunos, o progresso no rendimento escolar e na qualidade da educação, bem como visam impactos relacionados a mudanças de comportamento e autoestima dos alunos.

Analisando o respaldo legal que embasa a proposta de educação integral, questiona-se a forma como a proposta tem sido praticada no sistema de ensino, bem como os pressupostos

que a sustentam. Uma das preocupações se centra nas condições objetivas do próprio espaço escolar em termos de estrutura e organização curricular para a implementação da proposta.

Quanto à relevância social da proposta do programa em questão, é possível destacar que está pautada na análise de como se processa a efetivação da política de educação integral no município de Campina Grande, bem como a visão que os sujeitos enquanto professores envolvidos têm desse mesmo processo enquanto o macrocampo esporte e lazer, com atividades baseadas em práticas corporais e lúdicas através de oficinas esportivas promotoras de práticas de sociabilidade, com ênfase no resgate da cultura local bem como o fortalecimento da diversidade cultural. Tendo como desenvolvimento o sentido lúdico, a livre escolha na participação e a construção pelos próprios sujeitos envolvidos de valores e significados da prática dessas atividades, com criticidade e criatividade. Deve-se ressaltar o duplo aspecto educativo do esporte e do lazer, a possibilidade de educar para e pelo esporte de lazer. Isso significa o acesso ao conhecimento de novas práticas esportivas e de lazer além de reflexões resultantes dessas práticas.

Para obtermos respostas às nossas indagações e com o intuito de buscar alcançar o objetivo proposto neste estudo, avaliamos as informações oficiais disponibilizadas pelos documentos do Programa **Mais Educação**, especificamente aqueles em que norteiam as questões de educação procurando, sobretudo, compreender sua proposta no que tange à compreensão de educação integral. A investigação do entendimento de educação integral através da análise da Portaria Interministerial nº 17/2007, que situa a implementação do Programa “Mais Educação”, cuja proposta visa considerar no artigo 34 da LDB, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, “determina a progressiva ampliação do período de permanência na escola”.

Ampliando o tempo escolar, empreendendo o desenvolvimento de ações complementares no turno oposto ao escolar, aludindo a problemática de pesquisa da seguinte finalidade, com qual abrangência a proposta do Programa “Mais Educação” exercida no município de Campina Grande-Paraíba, pode ser explanada em uma dimensão da educação integral? Qual entendimento de educação integral propagada na Portaria Interministerial nº 17/2007? Em que condição o aumento da jornada escolar está relacionado a uma maior qualidade de educação básica ofertada pelas escolas públicas do Município de Campina Grande-PB?

Tendendo-se a constatação dessa efetividade na proposta, procuramos no município de Campina Grande entrevistar as pessoas responsáveis por sua implementação.

O Programa “Mais Educação” criado por meio da Portaria Interministerial nº 17 de 24

de abril de 2007, consolidada entre os Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, dos Esportes, da Ciência e Tecnologia, da Cultura e do Meio Ambiente objetivando-se praticar uma educação integral a partir do agrupamento dos projetos sociais desenvolvidos por aqueles ministérios acolhendo inicialmente, estudantes do ensino fundamental nas escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Por meio da Portaria aludida no parágrafo anterior, verificamos que ele tende a fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar (MEC, Portaria nº 17, 2007).

É interessante ressaltar que essas atividades sócio-educativas implantadas pelo programa oferecem como múltiplas possibilidades de aprendizagem para além da escolaridade, podendo ser ampliadas dentro do espaço escolar ou em outro espaço sócio-educativo com atividades no campo da educação, artes, cultura, esporte e lazer.

Para responder às questões e objetivos, desempenhamos uma análise com os dados iniciando-a por meio da coleta dos documentos oficiais do PME. A apreciação documental permite angariar dados como fonte de subsídios que se localizam nos documentos escritos ou não (MOREIRA E CALEFFE, 2005).

As análises realizadas nos consentiram compreender mais densamente os documentos oficiais no que diz respeito ao conceito de educação integral proposto no PME.

Segundo (PHILLIPS, 1974, p. 187), documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”.

Assim sendo, escolhemos por averiguar os documentos oficiais, contendo informações que nos permite entender o ponto de vista da educação integral. No entanto, esperamos que as apreciações e deduções plausíveis de serem realizadas a partir da leitura dos documentos do PME não seriam suficientes para concretizar a visão de educação integral do Programa, por este motivo preferimos a realização de uma coleta de dados que desse de conta com a necessidade investigativa.

Contudo realizamos entrevistas semi-estruturadas de modo a achar a informação favorável para replicar nossas questões de pesquisa. Na busca desse conhecimento, procuramos investigar o nível de conhecimento que os sujeitos que implementam o PME têm sobre o Programa, da concepção de educação integral assumida.

Nesse sentido, entrevistamos duas profissionais importantes nessa articulação: (2) a Coordenadora do PME do Município de Campina Grande que denominaremos CM1 e CM2. Sujeitos selecionados que estão envolvidos diretamente com o Programa, fornecendo-nos dados peculiares e importantes sobre o seu funcionamento, bem como a concepção de como

as mesmas percebem e avalia a relevância do PME, no que concerne aos conceitos e percepções da educação integral e bem como os macrocampos os quais se trabalha.

Segundo Gaskell, (2008, p. 65, apud FARR, 1982) a entrevista qualitativa é “necessariamente uma técnica, ou método para constituir ou descobrir a existência de perspectivas ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles que a pessoa entrevistada”. Desta forma, o mundo da vida dos entrevistados e a forma como cada um concebe o Programa.

A pesquisa documental sobre o PME e a entrevista semi-estruturada nos possibilitou interagir, tanto com o contexto macro quanto com o contexto micro da política pública em questão, o que nos favoreceu estabelecer uma relação entre esses dois níveis.

Sugerindo uma ligação dos níveis macro e micro sociais tem-se tornado um horizonte cada vez mais fascinante para aqueles que tomam ciência da complexidade do mundo social dentro dele a educação (...) (BRANDÃO, 2001, p. 162). As transcrições “fiéis” de depoimentos podem, por conseguinte, precisar de fidedignidade no processo de construção interpretativa por parte do pesquisador. Elas podem ter um sentido dúbio existentes nas “transcrições teóricas” no trabalho de campo, ou seja: da mesma forma que as referências teóricas precisam ser reelaboradas no processo de investigação (construção do objeto), os depoimentos obtidos por meio de entrevistas precisam ser do mesmo modo localizados no contexto geral das conjunturas investigadas (...) (BRANDÃO, 2001, p. 164).

A escolha pela Escola Municipal Epitácio Pessoa e Escola Municipal Maria Minervina Figueiredo se deu pelos seguintes aspectos: (1) ser uma das escolas escolhidas pelo MEC para implementar o Programa “Mais Educação”; (2) estar situada em uma rede de ensino que não conhecemos, nos possibilitando ter o afastamento e o estranhamento necessários a realização da pesquisa; (3) ser uma escola que possui além da Educação Infantil, o segmento do Ensino Fundamental, compreendendo do 1º ao 5º anos de escolaridade, sendo esta etapa de ensino a escolhida pela pesquisa.

Nesta introdução, apresentamos as intenções que nos levaram a trilhar os caminhos necessários para a consecução deste estudo. Aprofundaremos essas questões com o propósito de conhecermos e analisarmos o PME como uma estratégia do Governo Federal para induzir ao aumento da jornada escolar, numa perspectiva de educação integral.

### **3 UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO.**

A escolha pelo município de Campina Grande se deu pelos seguintes aspectos: (1) por não conhecermos sua rede municipal de ensino, o que nos permitirá o desconhecimento necessário para a realização da pesquisa e (2) pelo fato do município de Campina Grande ter aderido ao PME, com a participação de 46 escolas municipais.

Perpetramos um estudo do PME, trazendo os referenciais oficiais que o respaldam a fim de apresentar sua origem, finalidades, princípios, operacionalização e metas bem como sua concepção de educação integral, apontando uma análise ampla desse Programa.

Para embasar essa reflexão, aproveitamos os documentos já citados na introdução deste estudo como também subsidiados pela Portaria Normativa Interministerial nº - 17, de 24 de Abril de 2007.

Partindo dos documentos supracitados, procuramos com o subsídio dos estudos de Mainardes e Marcondes (2009) compreender como as políticas são dadas, mais especificamente como as políticas ou programas educacionais se organizam em relação ao que se deseja como seus resultados.

Considerando nossa leitura dos documentos legais e referenciais oficiais, constatamos que o PME teve sua origem no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com a adesão da Portaria Interministerial nº 17/ 2007, que o idealizou com vistas à edificação de elementos para a constituição de uma política nacional de Educação Integral no país.

Conforme o MEC, para classificar uma proposta de Educação Integral em Jornada Ampliada MEC (2011). O Programa “Mais Educação” vem trabalhar com as diretrizes do PDE. Ele retoma o ideal da Educação Integral que vem dos tempos dos precursores da Escola Nova e a partir do aprendizado com experimentos bem sucedidos, levando-o como prática nas redes de ensino dos estados e municípios do país segundo o MEC (2011).

Dando significado ao PME que propõe a implantação da educação integral por meio de atividades sócio educativas no contraturno escolar, visando considerar a ampliação do tempo e do espaço educativo de suas redes e escolas, regulado pelos conhecimentos da concepção integral e emancipadora.

Encontramos também o “Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação”, instituído como um plano estratégico para que gestores estaduais e municipais colocassem em prática suas 28 diretrizes, com avaliações específicas que apontam à melhoria da qualidade da educação básica e metas estabelecidas.

O fato de enfatizarmos este documento que não foi referenciado antes tem seu motivo. Em meio às diretrizes deste Plano, separamos duas que avaliamos como direcionadas ao aumento do tempo escolar:

IV – Combater a repetência, dadas as especificidades de cada rede, pela adoção de práticas como aulas de reforço no contraturno, estudos de recuperação e progressão parcial.

VII – Ampliar as possibilidades de permanência do educando, sob responsabilidade da escola, para além da jornada regular” (...), (BRASIL, 2007, Art. 2º).

As diretrizes citadas acima assinalam para o compromisso do Ministério da Educação (MEC) em trazer a educação integral como uma proposta para o progresso da aprendizagem dos estudantes, compreendendo a ampliação da jornada escolar como preferência para se alcançar os objetivos, uma vez que ambas reforçam a necessidade de expansão da jornada escolar no contraturno e muito além da jornada regular.

Verificamos a preocupação com a aprendizagem dos alunos no inciso IV do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, propõe que os mesmos melhorem em seus caminhos educacionais expandindo a jornada escolar com atividades no contraturno e táticas de combate à repetência. Tendo no inciso VII, a ênfase para a responsabilidade e compromisso da instituição escolar em garantir que os alunos continuem por mais tempo na escola, para além do tempo regular. Essa responsabilidade sobrevém a respeito da compreensão da importância da ampliação do tempo escolar para que os alunos estudem e se apropriem de mais conhecimento com mais qualidade, uma vez que diversos estudos marcam para o fato do tempo regular não ser satisfatório para atingir esse objetivo.

Ampliando a discussão neste sentido, de acordo com um estudo concretizado por Neri (2009), o fato de 2,5% das crianças brasileiras de 7 a 14 anos ficarem fora da escola não significa que as que estão matriculadas estejam aproveitando, quantitativamente e qualitativamente, a oportunidade de ganharem educação escolar: “Cada criança brasileira nesta faixa etária que é recordista nacional de matrícula, fica em média 4,7 horas diárias na escola o que, concordamos é muito pouco” (NERI, 2009, p. 5).

Hoje quase conforme Neri (2009) cita que todas as crianças de 7 a 14 anos estão estudando, o aumento da oferta de escola no Brasil foi acompanhada por uma declínio da performance dos alunos, divulgada em diferentes avaliações.

Contendo na resolução nº 20, de 06 de maio, reforça a convenção do MEC em garantir os recursos propostos à educação integral dirigido para ampliar essa modalidade de ensino em

grande parte da rede pública nacional, como iremos percorrer ao longo desta pesquisa.

Conhecemos que os recursos voltados à educação integral, certificados pelos documentos assinalados, são reais, mas será que a execução do programa na escola está sendo garantida na prática, de forma a garantir a educação integral em tempo integral com a qualidade almejada? Sendo essa meta constituída pela política, reforçamos a precisão de uma ação conjunta para que a mesma se efetive e se materialize na prática. No entanto, esse não é um procedimento simples.

A análise a qual realizamos do PME, em sua origem, teve como inspiração as experiências e vivências nas escolas de educação integral brasileira. Embora sejam experiências esporádicas, foram expressivas e importantes para o panorama educacional brasileiro.

Tendo existido, no curso da história da educação brasileira, a influência de grandes educadores em experiências de educação integral em tempo integral, redes estaduais, municipais e privadas de ensino criam e recriam essa concepção de educação com base em diferentes propostas, o que de certa forma enriquece o debate e os estudos acerca desse tema. Aprofundaremos o tema na seção a seguir.

O PME foi instituído pela Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007 como já defendemos sendo posteriormente, regulamentado pelo Decreto nº 7.083, de janeiro de 2010, que aprofundou essa Portaria. Tanto a Portaria nº 17/2007 quanto o Decreto nº 7083/10 merecem nossa atenção para melhor entender as finalidades, princípios, metas e conceitos que decorrem do Programa e como eles vão tendo novos formatos ao longo do processo de seu planejamento e implementação.

Iniciando pelas finalidades do PME, oferecidas pelos dois documentos, achamos na Portaria nº 17/07, Art.2º, a saber:

- I – “apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contraturno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do programa;
- II – contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar;
- III – oferecer atendimento educacional especializado às crianças adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais, integrado à proposta curricular das escolas de ensino regular o convívio com a diversidade de expressões e linguagens corporais, inclusive mediante ações de acessibilidade voltadas àqueles com deficiência ou com mobilidade reduzida;



IV – prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e de outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante sua maior integração comunitária, ampliando sua participação na vida escolar e social e a promoção do acesso aos serviços-assistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Considerando esse rol de intenções, examinamos que a Portaria nº 17/2007 assinala para uma educação integral que considere a formação humana em sua plenitude e que aponte à melhoria da aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens estendendo seu período de permanência na escola e também garanta a assistência integral desses sujeitos.

Essa inquietação existente nas discussões sobre a demanda por instituições de período integral tem sua justificativa a partir da situação de pobreza e exclusão a que estão submetidas crianças, adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade social.

A educação integral surge, então, como alternativa de forma imparcial e de proteção para os grupos mais desamparados da população infanto-juvenil. (GUARÁ, 2009, p. 67).

Apontamos nessa intenção de garantir alguns direitos sociais, (educação, saúde, alimentação, esporte, lazer, profissionalização, cultura, dignidade, respeito, liberdade, convivência familiar), buscando responder às necessidades humanas e ao desenvolvimento da cidadania de crianças, adolescentes e jovens, pautados na assistência e proteção integral, bem como o fortalecimento da formação cultural e a aproximação das escolas com a família e as comunidades.

Sendo assim, o Programa, tem a meta de aperfeiçoar o aproveitamento escolar do aluno bem como atenuar a evasão, a repetência e a distorção idade série. Para seguir procurando atingir esse indicador de qualidade, o PME apoiou-se no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) combinando os resultados de desempenho escolar (Prova Brasil) e os resultados do rendimento escolar (fluxo apurado pelo censo escolar) num único indicador de qualidade.

O PME, ao ser disseminado no ano de 2008, utilizou-se das avaliações realizadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB, 2007), com a finalidade de unir valores para que a média nacional obtivesse o patamar desejado.

Segundo Oliveira (2007), a prática de um indicador de ordem geral por parte do Ministério da Educação representa uma contribuição expressiva para tornar o debate em torno dos resultados do processo educativo mais transparente e objetivo. No entanto, acreditamos que ele não é o suficiente para responder às metas da qualidade da educação e da educação integral.

Deparadas as nossas desigualdades regionais, as condições das redes públicas de

ensino no Brasil são diversas levando também em consideração as características das famílias dos alunos atendidos com menores recursos. Isso requer a compreensão de que melhorar a qualidade da educação implica numa complexidade de ações que estão para além da educação, necessitam de um conjunto de ações políticas que aprimorem as condições em que vivem os cidadãos brasileiros.

A respeito deste contexto e nessa direção, pensar políticas educacionais pressupõe pensar em políticas sociais mais amplas. Ponderando que o Brasil é composto por muitos problemas sociais e desigualdades profundas (MAINARDES E MARCONDES 2009), compreendemos que esses problemas se refletem inteiramente no sistema educacional brasileiro.

#### **4 O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE-PARAÍBA.**

Os coordenadores do Programa “Mais Educação” nos municípios, precisarão incentivar a criação de comitês regionais. Estes comitês necessitarão ser formados pela representação de cada secretaria municipal, estadual e distrital que desenvolve o Programa “Mais Educação”, por representantes de secretarias municipais, estaduais e distritais de áreas de atuação com interface no Programa (Cultura, Esporte, Desenvolvimento Social e outras) e atores sociais e institucionais diversos que colaboram para a realização das ações.

Quarenta e seis escolas da rede municipal de educação de Campina Grande implantaram o ensino integral para milhares de estudantes, segundo a coordenadora do Programa Mais Educação. A iniciativa aconteceu por meio do Programa do Governo Federal Mais Educação que oferece atividades em turno extra com o objetivo ampliar o tempo e o espaço educacional dos alunos da rede pública.

Segundo dados da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do MEC, Campina Grande tem condições de implantar o “Mais Educação” em 74 escolas, mas a Secretaria de Educação decidiu implantar o programa inicialmente com a adesão das gestoras das escolas municipais.

O então secretário de Educação de Campina Grande, explicou durante um encontro, no Teatro Rosil Cavalcanti, entre os gestores das escolas que implantaram o Programa, que a Prefeitura optou por iniciar o programa desta forma porque ele provoca grandes transformações nas escolas e é necessário ir adquirir experiência para atingir os melhores resultados.

Segundo ele, há décadas a educação pública brasileira esperava por uma forma de realizar a implantação do ensino integral, mas sempre isso foi postergado pela falta de infraestrutura, mas que agora isto está sendo possível. "Não podemos nos intimidar com o novo. Nós que trabalhamos com educação estamos acostumados e isso, sabemos que o programa será um processo gradativo", ressaltou. Na ocasião, a consultora do MEC, para o Nordeste e Norte, Tânia Pasqualino, repassou várias explicações, orientações e tirou dúvidas das gestoras sobre a execução do Programa “Mais Educação”. Dizendo que se não fosse a iniciativa do Ministério da Educação em implantar o programa, talvez a sua geração e a de outros educadores não tivessem a oportunidade de acompanhar a educação integral no país.

O Programa Mais Educação se destina a escolas públicas que apresentam baixo IDEB, situadas em capitais, cidades e regiões metropolitanas com mais de 100 mil habitantes,

sobretudo, em contextos de vulnerabilidade social. A iniciativa promove ações sociais e educacionais em escolas e em outros espaços socioculturais. Os alunos participam de atividades no turno oposto ao das aulas regulares.

Para ampliar as atividades para um outro turno, as escolas passarão a receber mais recursos. O dinheiro será repassado da mesma forma como já acontece com o programa dinheiro na escola. O objetivo é ampliar espaços, tempos e oportunidades educativas; ofertar novas atividades educacionais e reduzir a evasão, a repetência e distorções de idade-série, por meio de ações culturais, educativas, esportivas, de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de lazer.

Como podemos analisar, as responsabilidades do Coordenador Municipal do PME são bastante difíceis e de caráter administrativo, porém ele deve ser um grande mobilizador e articulador das ações intersetoriais. Sem esse perfil, a articulação de comitês que sejam eficazes dentro da proposta do PME, torna-se uma tarefa mais difícil de ser desempenhada. (PARO, 1998 p. 65)

O professor comunitário, sujeito este que faz parte da instância responsável pelo planejamento do Programa na escola, é apresentado segundo o Caderno Série Mais Educação – Gestão Intersectorial no Território (2009) com algumas características e atribuições, a saber:

[...] é preferencialmente, um professor efetivo do corpo docente da escola, indicado pela unidade executora. Será responsável pelo planejamento de atividades que integrem o Programa Mais educação com a escola regular. Tem como principais atribuições: (1) divulgar o Programa, com ações de mobilização de alunos, familiares e pessoas da comunidade; (2) participar de reuniões, formações e eventos realizados pelas secretarias e entidades de apoio; (3) participar das reuniões do comitê local; (4) contribuir no mapeamento da comunidade e na identificação de parceiros locais para o desenvolvimento das ações, em conjunto com os demais participantes do Comitê Local; (5) elaborar e executar o planejamento das atividades no âmbito da escola, apoiado no referencial apresentado no Caderno Redes de Saberes MAIS EDUCAÇÃO; (6) planejar e realizar com a equipe ações que proporcionem a criação de vínculos da escola com a comunidade e, em especial, com o jovem, tais como feiras, concursos culturais, festivais, gincanas, dentre outros e (7) orientar e auxiliar os oficinairos no preenchimento dos formulários e na elaboração do plano de trabalho, (MEC, 2009, p. 53).

## 5 METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter descritivo analítico com abordagem qualitativa, com o intuito de compreender as bases de sustentação de implementação da proposta do Programa “Mais Educação” integrada no município de Campina Grande – PB. Valendo-se teórico-metodológico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que forneceu conceitos e definições no que tange às questões relacionadas ao Programa “Mais Educação”.

O campo desta pesquisa foi na cidade de Campina Grande – PB, situada no Estado da Paraíba. Já as unidades de observações foram nas escolas do município que está em execução o projeto “Mais Educação”. A população para a realização da pesquisa constituída por coordenadores que executam o projeto mais educação nas escolas do município de Campina Grande - PB.

A amostra da pesquisa é do tipo aleatória que designa um conjunto de variáveis aleatórias independentes e com a mesma distribuição. Cada elemento da amostra é retirado aleatoriamente de toda a população com ou sem reposição. Assim, cada possível amostra tem a mesma probabilidade de ser recolhida. O instrumento utilizado na pesquisa de campo foi a entrevista semi-estruturada.

A entrevista contou com questões sobre o Projeto “Mais Educação” aplicado com os coordenadores do próprio programa. Antes de serem coletados os dados, foi necessário contactar através de telefonemas com os coordenadores de cada escola do Município de Campina Grande de forma aleatória que participem do programa “Mais Educação” e marcado uma entrevista semi-estruturada de modo a buscar o conhecimento útil para responder nossas questões de pesquisa.

Na busca desse conhecimento, procuramos investigar o nível de conhecimento que sujeitos que implementam o PME têm acerca desse Programa, da concepção de educação integral assumida. Nesse sentido, entrevistamos profissionais de grande relevância nessa articulação: (2) a Coordenadora do PME das Escolas do Município de Campina Grande – Paraíba.

Os sujeitos escolhidos são envolvidos diretamente com o Programa, fornecendo-nos dados específicos sobre o seu funcionamento bem como a compreensão de como os mesmos percebem e avaliam a relevância do PME, no que tange aos conceitos e concepções de educação integral. Buscando uma aproximação mais real com os entrevistados, a escolha pela entrevista semi-estruturada possibilitou-nos uma abordagem que nos revelasse a compreensão

das crenças, atitudes, valores e motivações dos sujeitos frente ao Programa e à sua implementação na escola.

Segundo Gaskell, (2008, p. 65, apud FARR, 1982), a entrevista qualitativa é “essencialmente uma técnica, ou método para estabelecer ou descobrir que existem perspectivas, ou pontos de vista sobre os fatos, além daqueles da pessoa que inicia a entrevista”. Desta forma, o mundo da vida dos entrevistados e a forma como cada um concebe o Programa foram dados relevantes para as análises.

Porém nem sempre as abordagens qualitativas “estão alertas para a possibilidade de que muitas das situações e significados não encontrem, nos atores diretamente envolvidos, a melhor referência para a sua interpretação” (BRANDÃO, 2001, p. 163). As transcrições “fíéis” de depoimentos podem, portanto, carecer de fidedignidade no processo de construção interpretativa por parte do pesquisador.

[...] elas podem significar o mesmo equívoco das “transcrições teóricas” no trabalho de campo, ou seja: da mesma forma que as referências teóricas precisam ser reelaboradas no processo de investigação (construção do objeto), os depoimentos obtidos por meio de entrevistas precisam ser novamente situados no contexto geral das circunstâncias investigadas (BRANDÃO, 2001, p. 164).

A escolha pela Escola Municipal Eptácio Pessoa e Escola Municipal Maria Minervina Figueiredo se deu pelos seguintes aspectos: (1) por se tratar de uma escola que foi escolhida pelo MEC para implementar o Programa Mais Educação; (2) estar situada em uma rede de ensino que não conhecemos, nos possibilitando ter o afastamento e o estranhamento necessários a realização da pesquisa.

## 6 DADOS E ANÁLISE DO ESTUDO

Podemos entender que as imputações do Professor Comunitário são de caráter pedagógico, social, político e cultural, o que nos induz a afirmar que sua formação profissional precisa ser sólida em relação a essas condições.

Embora o PME busque oferecer o perfil do Coordenador Municipal, entendemos que a descrição do perfil das entrevistadas é imprescindível para as análises futuras, visto que estamos mencionando à realização dessas funções, no contexto estudado – Município de Campina Grande nas Escolas Municipal Epitácio Pessoa e Municipal Maria Minervina Figueiredo. Para dar andamento às nossas finalidades, organizamos a entrevista semi-estruturada de forma a destacar os dados mais significativos para responder nossas principais questões, já apresentadas na introdução desta pesquisa.

As entrevistas foram realizadas no dia 12 de outubro de 2012. A entrevista com a Coordenadora Municipal do PME foi realizada nas Escolas Municipal Epitácio Pessoa e Municipal Maria Minervina Figueiredo, no período da tarde.

Organizamos a entrevista semi estruturada em cinco questões abertas, em que deixamos o entrevistado à vontade, estabelecendo uma relação de confiança para que o mesmo pudesse pensar e falar sobre as questões a ele apresentadas. Como entrevistadora, além das questões formuladas, prosseguimos no tema com outras questões e indagações que pudessem nos levar a compreensões mais amplas sobre as informações desejadas.

Visando codificar os sujeitos da pesquisa, utilizamos duas siglas para melhor visualização, a saber: Coordenadora Municipal do PME – CM1 e CM2.

Considerando-se as cinco questões, optamos por destacar cada uma delas, bem como as falas significativas das duas coordenadoras, visando analisá-las a partir do referencial teórico apresentado nos capítulos anteriores e o foco de nosso estudo.

1ª Questão: Quais os macrocampos que foram escolhidos na sua escola no ano de 2011? Em relação a esta questão, CM1 o mesmo respondeu que são eles ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO (Letramento e Matemática); ESPORTE E LAZER (Judô e Recreação/lazer); CULTURA E ARTES (Danças e Canto Coral).

Analisando a resposta, percebemos que existem vários macrocampos como, por exemplo: acompanhamento pedagógico, educação ambiental, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, comunicação e uso de mídias, investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. Sendo

escolhidos acima citados os macrocampos aos quais a coordenadora julga serem essenciais para o seu trabalho.

Já para CM2, nesta primeira questão perguntamos sobre os macrocampos escolhidos foram eles: Cultura, Artes e Educação (Teatro, pintura e danças); Esporte e Lazer (Karatê); Acompanhamento Pedagógico – (Letramento e Matemática).

Verificando a equidade de macrocampos escolhidos que são eles: Cultura, Artes e Educação, Esporte e Lazer e Acompanhamento Pedagógico. Distinguido em apenas algumas atividades como, por exemplo Judô e Karatê os quais se distingue-se: Karatê a luta é no alto contendo ataques com chutes travas e socos e chutes saltado, e defesa pessoal com algumas rasteiras. já no judô existe a imobilização e tensão de levar o indivíduo ao chão começando no alto e imobilizando-o. Obtendo como igualdade entre os dois esportes que são praticados com kimonos. (PARO, 1988 p. 35)

2ª Questão: A escola fez a articulação das atividades do Programa Mais Educação com o Projeto Político-Pedagógico?

Em relação a esta questão, CM1 respondeu da seguinte forma:

[...] essa adequação vem sendo realizada de forma gradativa. Os objetivos inerentes ao Programa Mais Educação ampliam significativamente as expectativas existentes no Projeto Político Pedagógico no que se refere ao processo de ensino aprendizagem. Supomos que o Projeto Político Pedagógico da escola necessita de ajustes que favoreceram essa nova realidade do contexto escolar.

Como podemos verificar, a entrevistada explicou que essa adequação vem sendo desempenhada de forma gradual possuindo em seus objetivos no Programa “Mais Educação” o grande significado de ampliar significativamente as expectativas existentes no Projeto Político Pedagógico no que se refere ao processo de ensino aprendizagem, onde a mesma ainda supõem que o Projeto Político Pedagógico da escola necessita de ajustes que lhe favoreceu nessa nova realidade do contexto escolar.

Em relação à CM2, a mesma respondeu de forma sucinta que existe sim o programa foi incluído no Projeto Político Pedagógico.

3ª Questão: Os professores apoiaram a adesão da escola ao Programa “Mais Educação”?

Em relação a esta questão, obtivemos de CM1 a seguinte resposta:



[...] A princípio as vivências relacionadas ao programa trouxeram mudanças no cotidiano escolar que foram difíceis de serem superadas, tendo em vista, sobretudo, a falta de estrutura física da escola para acolher adequadamente as necessidades do programa. Esse fato, associado aos diferentes desafios inerentes as novas experiências, geraram um certo grau de apreensão não apenas por parte dos professores, mas de todos os outros profissionais da escola. Esse momento exigiu cautela no que se refere a manter o encaminhamento das ações do programa de forma harmônica com as demais ações pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar. Ainda não alcançamos a parceria esperada entre professores da escola e as vivências do programa, mas entendemos que é cedo para tal adequação. Não apenas esse, mas, tantos outros ajustes estão em processo de adaptação. O essencial é a compreensão de que os benefícios trazidos para os alunos é visível e essa realidade já está sendo percebida por todos: docentes, demais profissionais da escola e famílias.

Constatamos que esse acontecimento acima relatado pela CM1, tendo em suas vivências pautadas ao programa traz mudanças ao cotidiano escolar que foram difíceis de serem superadas, pois as dificuldades existentes na infraestrutura das escolas, tornando-se desafios a enfrentar novas experiências necessitando de precaução no que se refere a manter a direção das ações do programa de forma harmônica com as demais ações pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar. Além disso, pode ser verificado que não se tem a parceria esperada entre professores da escola e as vivências do programa, embora seja um pouco cedo para tal adequação.

Em relação a esta questão, CM2 não responde com mais subsídios sobre o tratamento da questão, falando apenas que sim e apontando a resistência por parte do pessoal de apoio.

Verificando que nem sempre os funcionários, aqueles que não estão diretamente ligados à docência ou às atividades de suporte pedagógico, - como os gestores, coordenadores pedagógicos e orientadores educacionais - têm esta noção, mas em uma escola todos são educadores. "Educação é um conjunto. Ensinamos aos alunos os conteúdos curriculares e também os atitudinais, passando valores e maneiras de se relacionar com as pessoas que certamente servirão de exemplo para os estudantes", afirma Sonia Balzano, diretora do Departamento Pedagógico da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul.

Mostrar que a sala de aula limpa facilita a tarefa dos professores e deixa os alunos confortáveis para aprender, por exemplo, aproxima a equipe da limpeza dos resultados da escola. Transmitir essa consciência para todos é uma das maneiras de formar uma equipe coesa e que atua para um mesmo objetivo educacional que realiza através do PME, em cada atividade que exerce, seja ela qual for.

foram assíduos às aulas?

Em relação a esta questão, obtivemos de CM1 a seguinte resposta:

Ao iniciarmos a realização do Programa Mais Educação na escola, fizemos um primeiro encontro com as famílias e destacamos a importância da adesão mútua. Escola e família estariam a partir daquele momento assumindo uma responsabilidade inovadora e cercada de necessidades cotidianas de adequação às exigências da proposta. Encontros sistemáticos, conversas cotidianas, a escuta "da escola" com relação às dificuldades das famílias, a parceria firmada, foram elementos essenciais que trouxeram resultados satisfatórios no que se refere a manutenção da frequência dos alunos ao p

Em relação a esta questão, obtivemos de CM2 a seguinte declaração:

Sim existindo o grande avanço da aprendizagem dos mesmos.

5ª Questão: O que vem à sua mente quando você pensa no PME? Quais são os maiores entraves que as escolas de Campina Grande enfrentam, em relação à implementação do Programa? O que você gostaria de falar a mais do PME além do que você já falou?

CM1 respondeu a esta questão da seguinte forma:

O que vem à minha mente quando penso no PME é a oportunidade que o Programa dá para que essas crianças possam vivenciar outras coisas nos sentindo muito feliz por poder estar à frente dessa oportunidade que as crianças têm de atividades.

E ainda:

O maior entrave é que as escolas não foram construídas, não foram pensadas pro horário integral. Elas não têm espaço.

No que tange esta questão, a entrevistada aponta que as oportunidades que o PME oferece são o que mais lhe chama a atenção, pois as crianças vivenciam outras atividades, outras realidades, além das que a escola oferece regularmente.

Enfim, a entrevistada se sente feliz por estar à frente do PME no município, podendo contribuir com essas outras oportunidades educativas que o PME oferece.

Já no que tange ao PME, em relação ao principal entrave, a entrevistada aponta dois que consideramos mais relevantes. O primeiro entrave, e principal deles, é o espaço físico. Segundo a CM1, as escolas não foram construídas e nem pensadas para atender as demandas do tempo integral. As atividades de educação integral acabam por serem desenvolvidas em espaços que não são apropriados para o seu desenvolvimento, comprometendo a qualidade do trabalho dos profissionais que atuam na escola e no Programa, bem como a aprendizagem dos

alunos. Apesar do Caderno Série Mais Educação – Educação Integral (2009), trazer que “uma política de educação integral pressupõe (...) adequação dos espaços físicos e condições materiais, lúdicas, científicas e tecnológicas a essa nova realidade” (MEC, 2009b), nem sempre essas condições são reais, principalmente no que tange os espaços físicos nas escolas.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da nossa trajetória acadêmica e profissional a escola pública sempre esteve presente, sendo assim, ela sempre me serviu de inspiração para que eu pudesse discorrer sobre a educação e seus diversos contextos. O contexto da prática, que me refletia na realidade sempre foi fascinante, cheio de desafios, expectativas, realizações e com frustrações, no entanto me atraía a pensar em possibilidades de alcançar resultados cada vez melhores, onde a motivação por uma educação melhor inquietava minhas ações.

Mas, era preciso mais do que movimentações, era preciso mais conhecimento, mais pesquisa, mais troca, enfim mais influência mútua com aqueles que apreciavam mais experiência mesmo que essas fossem feitas de dúvidas e às vezes de equívocos.

E foi na investigação de mais experiências que entrei em contato com o PME. Foi através da pesquisa em relação a este Programa que me preocupei em pesquisar a educação integral no contexto escolar, concepções, práticas e experiências, apresentando consigo propostas que contemplem as ideias refletidas, debatidas e anotadas. Foi motivada por esse deslumbrante objetivo que a pesquisa se propôs a analisar a concepção de educação integral presente no PME.

Desta forma, finalizar e regressar a algumas questões que consideramos importantes quando nos debruçamos sobre os diferentes contextos da política apresentados. Ao longo deste trabalho procuramos, através desta pesquisa, conhecer sobre o PME considerando ser este um Programa novo que surge no cenário nacional com uma proposta de educação integral.

No entanto, induzir de forma estratégica o programa não garante que a educação integral se transforme em política educacional. É necessário e é de fundamental importância que a educação integral se efetive em Política Pública de Estado, garantida por lei, para que mesmo que alguns estados e municípios criem uma política de educação integral local esta não se configure mais como apenas uma política de Governo. Corroboramos com Cury (2002) quando este autor afirma que:

Hoje cresceu, enfim, a importância da lei entre os educadores, porque, como cidadãos, eles se deram conta de que, apesar de tudo, ela é instrumento viável de luta porque com ela podem-se criar condições mais propícias não só para a democratização da educação, mas também para a socialização de gerações mais iguais e menos injustas.” (CURY, 2002, p.2).

À medida que a educação integral se constitui enquanto uma política educacional garantida por lei, conseqüentemente se torna um instrumento para que se reivindique o direito por uma educação desejada para todos. Mesmo assim, não se tem nenhuma garantia que o poder local vá ter condições de assumir esta concepção de educação, uma vez que vivemos num país com profundas desigualdades econômicas e sociais. Mas garantindo sua possibilidade em termos normativos e legais, sempre há uma chance de que isto aconteça com mais frequência.

Analisando os documentos do PME constatamos também que o Programa ao longo de sua trajetória veio traçando novos rumos que evidenciaram uma política em construção. Todos os documentos e textos pesquisados nos mostraram o quanto a política foi redesenhando o Programa à medida que foi avaliando a implantação nos estados e municípios e ao mesmo tempo recebendo respostas da implementação nas escolas.

Apontamos, com isso, que os primeiros documentos que instituíram o Programa traziam uma perspectiva da educação integral mais focada nas questões de ordem social do que propriamente educacional, no entanto ao longo do processo surgiram novos documentos que apontavam para uma perspectiva da educação integral mais focada nas questões educacionais.

Consideramos essa mudança um avanço à medida que o PME é um Programa destinado a desenvolver educação integral nas escolas públicas brasileiras, portanto destinado à educação pública desse País. Outro aspecto importante a ressaltar é o fato do PME não ser oferecido para todas as escolas e nem para todos os alunos das escolas municipais de Campina Grande. Os alunos são selecionados a partir de critérios que diminuam as desigualdades educacionais.

É claro no Programa, que a explicação para este atendimento focal se dá ao fato do PME ser transitório e não necessariamente se constituir como uma política educacional, portanto este aspecto fere a Constituição Federal quando determina que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza sexual, de opção política e de nacionalidade” (BRASIL, 2010).

Buscamos neste estudo constatar o quanto os profissionais que atuam no contexto devem conhecer os documentos e textos oficiais do PME e como eles se apropriam desses documentos como recursos para implementá-lo, especificamente, no município de Campina Grande. Neste caso, a entrevista semi-estruturada nos serviu como um instrumento de coleta de dados bastante significativo, pois nos trouxe revelações das entrevistadas que nos

mostraram certas limitações no Programa. Destacamos abaixo, alguns deles.

O primeiro entrave diz respeito ao contexto da utilização dos vários macrocampos restringindo e limitando aos escolhidos acompanhamento pedagógico (Letramento e Matemática); esporte e lazer (Judô e Recreação/lazer); cultura e artes (Danças e Canto Coral).

O segundo entrave é que essa mesclagem de ideias, representada nos textos

de referência, pode causar dificuldade aos atores que interpretam a política e o transformam em ação. Segundo Ball (2009), o processo de atuação é um processo de transformar o texto na prática e ao mesmo tempo é um processo complexo e de incertezas, sendo assim se os textos têm ideias mescladas e às vezes conflitantes aumentam as incertezas.

Esta é a terceira limitação, não especificamente do PME, mas das políticas educacionais em geral. Em referência a princípio das vivências relacionadas ao programa no meio escolar trouxeram mudanças no cotidiano escolar que foram difíceis de serem superadas, tendo em vista, sobretudo, a falta de estrutura física da escola para acolher adequadamente as necessidades do programa. Esse fato, associado aos diferentes desafios inerentes às novas experiências, geraram um certo grau de apreensão não apenas por parte dos professores, mas de todos os outros profissionais da escola. Esse momento exige cautela no que se refere a manter o encaminhamento das ações do programa de forma harmônica com as demais ações pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar, onde se afirmam que não alcançaram a parceria esperada entre professores da escola e as vivências do programa, mas entendemos que é cedo para tal adequação. Não apenas esse, mas tantos outros ajustes estão em processo de adaptação. O essencial é a compreensão de que os benefícios trazidos para os alunos é visível e essa realidade já está sendo percebida por todos: docentes, demais profissionais da escola e famílias através da assiduidade dos alunos.

Com tudo isso podemos inferir que não existe nenhuma garantia de que o que foi pensado, discutido e elaborado no contexto do programa, vai acontecer exatamente daquela forma, na prática.

Em referência ao PME, não existe nenhuma garantia de que as concepções da educação integral serão desenvolvidas nas escolas que aderiram ao Programa. Porém, este é um ponto que não afetou muito as escolas pesquisadas porque foi declarado pela Coordenadora que ela não estudou a fundo os textos ainda que socializados com os profissionais da escola, portanto o Programa é implementado de acordo com o conhecimento que os profissionais adquirem e têm sobre a educação integral, ou não. Vimos que é nessa lógica que a educação integral das escolas municipais em Campina Grande são desenvolvidas através de um micro processo político onde a escola cria sua própria política de educação integral. Porém ressaltamos que as

escolas não podem fugir às orientações de caráter operacional, pois essas são controladas pelo poder central, principalmente através do financiamento gerado pelo Programa.

Um quarto entrave apresentado nas entrevistas é o espaço físico das escolas.

Não coube ao PME a ampliação dos espaços das escolas para atender ao contraturno. Com isso as escolas têm dificuldades em desenvolver determinadas atividades, comprometendo a sua proposta de educação integral, baseada na formação humana.

Finalmente depois de tantos conhecimentos gerados, depois de tantas análises e inferências, concluímos que políticas educacionais que são pensadas, discutidas e representadas sem a participação daqueles que realmente fazem a educação nas escolas, nas classes, com os alunos, que são os professores, têm pouca chance de serem exitosas, pois deixam de considerar que a natureza constituída por cada elemento desses é única. No entanto, não podemos deixar de considerar a tentativa do Governo Federal em criar um movimento nacional em torno da educação integral, como possibilidade de oferecer aos nossos alunos das escolas públicas uma educação mais completa, desenvolvida num tempo que seja ampliado e qualitativo. E como pudemos também constatar nas entrevistas, do modo da escola, alguns objetivos do Programa estão sendo alcançados.

Nesta pesquisa enveredamos por um caminho que pudesse gerar conhecimentos relevantes para a educação, principalmente para a educação pública, esperando que ela contribua para as reflexões daqueles que se comprometem com a educação. Esperamos também que outros pesquisadores possam aprofundar nossos questionamentos não respondidos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 abr. 2007b.
- \_\_\_\_\_. Portaria Normativa Interministerial nº 19, de 24 de abril de 2007. Estabelece as diretrizes para cooperação entre o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte, com o objetivo de definir critérios visando a construção de quadras esportivas ou infra-estrutura esportiva em espaços escolares. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 abr. 2007.
- \_\_\_\_\_. MEC. **Redes de Aprendizagem: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender.** s/d.
- \_\_\_\_\_. MEC. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, DF: MEC, 2007.
- \_\_\_\_\_. MEC. **Redes de Aprendizagem: boas práticas de municípios que garantem o direito de aprender.** Brasília, DF: MEC, 2008. 103 p.
- \_\_\_\_\_. MEC. **Programa Mais Educação: gestão intersetorial no território.** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2009a. 104 p.
- BRANDÃO, Z. **Escola de tempo integral e cidadania.** In: *Em Aberto* 80, Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, v. 22, n. 80, p. 97-107 – abr. 2009.
- CURY, C. R. J.. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo.** 7 ed. – São Paulo, Cortez, 2000.
- GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais.** In: BAUER, Martin W.; \_\_\_\_\_ **Pesquisa qualitativa em texto, imagem e som.** Petrópolis: Vozes, 2008.
- GUARÁ, I. M. **Educação Integral: articulação de projetos e espaços de aprendizagem.** 2005. Disponível em: [http://www.cenpec.org.br/modules/xt\\_conteudo/index.php?id=46](http://www.cenpec.org.br/modules/xt_conteudo/index.php?id=46). Acesso em 13 de outubro de 2012.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: **Um Diálogo Sobre a Justiça Social, Pesquisa e Política Educacional.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.
- MOREIRA, H. e CALEFFE, L. G. **Metodologia de Pesquisa para o professor pesquisador.** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- NERI, M. C.. **Tempo de Permanência na Escola.** Coordenação Marcelo Côrtes Neri, Rio



de Janeiro, FGV/IBRE, CPS, 2009.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PARO, V. H.. **Escola de tempo integral**: desafio para o ensino público. Cortez Editora/ Autores Associados. São Paulo, SP, 1988.

PARO, V.. **Escola de Tempo Integral**: Desafio para o Ensino Público. São Paulo: Cortez, 1988.

PHILLIPS, B. S. **Pesquisa Social**: estratégias e táticas: Rio de Janeiro, Livraria Agir, Editora, 1974. Disponível em:

<[http://www.pbnoticias.com/plugins/p2\\_news/printarticle.php?p2\\_articleid=4368](http://www.pbnoticias.com/plugins/p2_news/printarticle.php?p2_articleid=4368)>.

Acesso em: IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel.php?codmun=330330>>. Acesso em 18 de outubro de 2012.